

Relação entre história e memória na gestão da memória em *Admirável mundo novo*
Relationship between history and memory in memory management by *Brave new world*
Relación entre historia y memoria en la gestión de la memoria en *Un mundo feliz*

Recebido: 30/05/2024 | Revisado: 01/06/2024 | Aceito: 06/06/2024 | Publicado: 12/06/2024

Jaciel Rossa Valente

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0578-3051>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: jaciervalente@gmail.com

Luan Kemieski da Rocha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2814-3524>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: luank.rocha@gmail.com

Resumo

Este artigo discute as relações entre história e memória no livro *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley dentro contexto entre guerras (1918-1939). Por meio de uma análise do discurso literário, buscamos entender o papel da gestão da memória em um regime político-social-econômico totalitário escrito pelo autor. Para isso analisamos os conceitos de História e Memória; e examinamos o contexto da obra.

Palavras-chave: Memória; História; Aldous Huxley; Estado Totalitário.

Abstract

This article discusses the relationship between History and Memory in the book *Brave new world* by Aldous Huxley in the interwar context (1918-1939). Through an analysis of literary discourse, we seek to understand the role of memory management in a totalitarian political-social-economic regime written by the author. To do this, we analyze the concepts of history and memory; and we examine the context of the work.

Keywords: Memory; History; Aldous Huxley; Totalitarian State.

Resumen

Este artículo analiza la relación entre historia y memoria en el libro *Un mundo feliz* de Aldous Huxley en el contexto de entreguerras (1918-1939). A través de un análisis del discurso literario, buscamos comprender el papel de la gestión de la memoria en un régimen político-social-económico totalitario escrito

por el autor. Para ello, analizamos los conceptos de Historia y Memoria; y examinamos el contexto de la obra.

Palabras clave: Memoria; Historia; Aldous Huxley; Estado totalitario.

Introdução

Investigar a correlação entre memória e história é sempre uma empreitada delicada, por dois motivos: primeiro, o debate já possui um amplo panorama de autores; segundo, existe uma variedade considerável de conceitos técnicos utilizados para abordar o tema. A gestão da memória nas sociedades está vinculada, expressamente com o saber histórico que a população detém. Instituições como, evidência Nora (1993), a Igreja, a Família e o Estado, são redutos de memória. Esses redutos dão subsídios para um fazer histórico, ou seja, para uma pesquisa no campo da História.

Fotografias, comemorações, lugares e grupos sociais, fornecem uma faceta do passado/memória daquela sociedade. Destarte, não seria diferente com a Literatura, como bem apresentou os pesquisadores Seguro e Valente (2021), Dantas, Azevedo e Medeiros Neta (2021), e Santos e Santos (2021) dentre outros. Essa engendra processos de construções que vão além da produção literária e de um mero produto de seu tempo. A Literatura é a possibilidade viva para pensar acontecimentos que poderão vir um dia a ocorrer, mais especificamente dentro do gênero de ficção científica. “Às vezes, a ficção dos romances esconde verdades que não podem ser contadas de outra maneira” (Iturbe, 2014, p. 360). Noutras palavras, o gênero de ficção científica comporta e revela um conhecimento específico. Para nossa pesquisa, a ficção é um meio para pensarmos a gestão da memória para além dos acontecimentos factuais.

Utilizamos, como fonte, a obra *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley (2014). Com ela reivindicamos o potencial especulativo que o gênero de ficção científica carrega em seu cerne. Juan José Saer (2009) denomina essa característica de “antropologia especulativa”, ressaltando a capacidade do gênero de transitar entre as convenções de verdade e falso para não reduzir uma discussão complexa a meros apontamentos factuais.

Procuramos responder a seguinte problemática: como a gestão da memória está associada com a história e memória na obra *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley? De modo que estabelecemos os seguintes objetivos: primeiro, analisar as concepções de história, memória e história-memória, por meio da análise do discurso literário, em *Admirável mundo novo*; segundo, examinar o contexto político de produção da obra; e por fim, verificar a inter-relação entre História e memória, e suas múltiplas vertentes.

A metodologia utilizada foi dividida em três etapas. A primeira comporta uma revisão bibliográfica temática, seguindo os princípios de Severino (2007). O segundo método, foi calcado na teoria da literatura de Moisés Massaud (2007), utilizando os princípios definidores de análise literária para classificar os elementos formais, como: enredo, tempo, espaço, personagens, tema e narrador. Enquanto que a terceira

etapa é analítica, centrada nos princípios de Dominique Maingueneau (2014) de análise do discurso literário que passou a considerar o dito e o não dito, o texto e o contexto como indissociáveis, dirigindo perguntas para os elementos formais.

Sendo assim, essa pesquisa agrega tanto no campo investigativo literário quanto da história-memória. Fornece um tratamento de fonte diferenciado, mesclando revisão bibliográfica, teoria literária e análise do discurso literário. E, além disso, contribui para as linhas de pesquisa que utilizam a Literatura como fonte histórica, seja para tratar de acontecimentos já passados quanto para teorizar no campo hipotético da relação de conceitos.

O presente texto encontra-se dividido em três nortes. O primeiro é o panorama das diferentes linhas de estudos sobre história-memória, o qual dá ênfase na Literatura enquanto meio de teorização e investigação, seja de conceitos ou contextos. O segundo apresenta a correlação da obra com seu contexto de produção. E o terceiro desponta a investigação da gestão da memória em *Admirável mundo novo*, apontando os métodos utilizados pelo Estado da sociedade utópica para preservar e gerir o passado e a memória das pessoas.

A integridade não precisa de regras: a conjuntura de *Admirável mundo novo*

[...] não se pode fazer um calhambeque sem aço, e não se pode fazer uma tragédia sem instabilidade social. O mundo agora é estável. As pessoas são felizes, têm o que desejam e nunca desejam o que não podem ter. Sentem-se bem, estão em segurança; nunca adoecem; não têm medo da morte; vivem na ditosa ignorância da paixão e da velhice; não se acham sobrecarregadas de pais e mães; não têm esposas, nem filhos, nem amantes por quem possam sofrer emoções violentas; são condicionadas de tal modo que praticamente não podem deixar de se portar como devem. E se, por acaso, alguma coisa andar mal, há o soma. Que o senhor atira pela janela em nome da liberdade, sr. Selvagem. Da liberdade! [...] (Huxley, 2014, p. 264).

Durante o século XIX, a Modernidade e suas mudanças, influíram em grandes transformações estruturais nas diversas camadas de cultura e convívio humano. Para o historiador britânico Eric Hobsbawm (2016, p. 48), o século XIX foi definido pelas transformações em “termos materiais, em termos de conhecimento e de capacidades de transformar a natureza, parecia tão patente que a mudança significava o avanço, que a história moderna parecia sinônimo de progresso”. O mundo estava eufórico, até mesmo multidões de pessoas acreditavam que a modernidade era possível e era o melhor caminho a seguir.

No surgimento das novas tecnologias, esse otimismo ficava visível. Com as novas fontes de energia, como eletricidade e petróleo, mesmo que não tenham tido repercussões significativas instantâneas na vida social europeia, se tornaram viáveis. Na indústria de transporte, as locomotivas surgiam como o símbolo de maior inovação do período, “[...] o conjunto das ferrovias constituía o esforço de construção pública mais importante já empreendido pelo homem” (Hobsbawm, 2016, p. 50). Tal momento possibilitou uma nova complexidade nas estruturas de uma nação, surgiam novos campos de sistemas fabris, novos mercados, aumento da produção, do desenvolvimento dos setores tecnológicos, a centralização em

Megalópoles como Nova York e Londres, junto a ascensão da classe média ao poder político surgindo a burguesia empresarial. Esses crescentes se espalhavam pelos diversos países e promoviam o apoio para o despontar das novas potências no cenário mundial, tais como Alemanha, Itália, Estados Unidos da América (EUA) e Japão, cada um com suas características específicas.

Com o fim da Grande Guerra, esse sentimento se esvai junto a uma democracia que acabava por sofrer um ataque. O avanço do autoritarismo se fazia presente em boa parte da Europa, desde a Espanha, Inglaterra e Alemanha, reagindo aos valores liberais que fracassaram em resolver os problemas da sociedade moderna. Os países passaram a olhar de maneira diferente para si próprios e para sua população. “Parecia que na ciência e na tecnologia haviam desencadeado forças que não podiam controlar, e a crença na estabilidade e segurança da civilização europeia revelou-se uma ilusão” (Perry, 2015, p. 588). Quebrando, assim, o sentimento de otimismo que a ciência fomentou durante todo o século XIX.

Os fascismos surgidos na Europa apelavam para um passado inventado. Pretendendo “o apoio da nova ciência da genética, mais precisamente do ramo da genética aplicada (‘eugenia’) que sonhava em criar uma super-raça humana pela reprodução seletiva e a eliminação dos incapazes” (Hobsbawm, 1995, p. 98). Realmente, os regimes fascistas desejavam moldar o passado para justificar seus governos e pretensões, e, com isso, modificar a memória dos indivíduos. Intelectuais, dentro desse contexto, escreviam para denunciar os horrores que a guerra causava, refletindo o pessimismo abundante da sociedade. Por exemplo Kafka, que “expressou seus sentimentos de alienação e isolamento que caracterizam o indivíduo moderno; explorou os temores e absurdos da vida, sem oferecer nenhuma solução nem consolo” (Perry, 2015, p.590).

Como apresenta Hobsbawm (1995, p. 98), “antecipando o fim do século XX, o fim do século XIX introduziu a xenofobia de massa, da qual o racismo — [...] — tornou-se a expressão comum.” Características que Huxley aborda dentro de seu livro sobre a expectativa dos aventureiros em relação a busca de novas oportunidades, como evidência Theodor W. Adorno em relação ao personagem “Selvagem” e aos imigrantes: “Na medida em que os imigrantes vincularam sua imigração a esperanças utópicas, eles se fundiram no horizonte de uma existência ainda não conhecida em todos os seus detalhes” (Adorno, 1962, p. 99). Essa comparação, feita por Adorno, indica a busca de uma utopia.

No campo filosófico, o existencialismo expressava a ansiedade e o desespero de muitos que perderam a confiança na razão e no progresso. Para essas pessoas, os valores que a sociedade europeia dispunha, não definiam satisfatoriamente a existência. A razão, como guia incontestável da chamada evolução social, passou a ser vista como inadequada, levando os existencialistas a proporem discussões tidas como contrapontos da razão, tal como sentimentos e desejos.

Essa ruptura radical com a concepção tradicional influenciou significativamente a crise da consciência que caracterizou a primeira metade do século XX e a vida de Aldous Huxley. Diversos pensadores criticavam as teorias que subordinavam o indivíduo a um sistema rígido. Se rebelaram contra a

coletivização política, argumentando que regulavam suas vidas individuais segundo as necessidades do Estado. Criticavam também a tecnologia e a burocracia moderna, criações da mente racional, pois, segundo eles, moldavam os sujeitos a uma ordem social que tirava sua individualidade. Para pensadores como Adorno, Kafka e Huxley, “a sociedade industrial moderna, com sua tendência para a eficiência e uniformidade, privava as pessoas de sua singularidade e reduzia seres humanos de carne e osso a meras engrenagens de um sistema mecânico” (Perry, 2015, p. 601). Assim os intelectuais desse período questionaram o centro do dilema da vida moderna. Como proteger a vida civilizada contra a irracionalidade humana sendo que ela é concentrada por ideologias políticas que idolatram o Estado, o líder, o partido ou a raça? Como a individualidade poderia ser salva de um racionalismo que tratava o sujeito como alguém qualquer? Como encontrar sentido num universo que muitos se veem desiludidos?

A historiografia e a memória estavam sofrendo enormes modificações, com o surgimento por exemplo da *Escola dos Annales*.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 2003, p. 422).

Logo, compreender a modificação da memória e da história que os regimes ascendentes nessa época estabeleciam, nos ajuda a entender como Huxley pensou suas convenções para a escrita de *Admirável Mundo Novo*.

Memória, história e literatura

O conceito de memória pode ser utilizado de maneiras diversas e por agentes variados, sendo relacionado com a administração que uma determinada sociedade induta nela. Para pensarmos de uma maneira crítica esta noção, devemos realizar uma retomada de sua caracterização, dando foco para o afunilamento da pesquisa, sendo essa a do fazer histórico e a gestão que ela detém em *Admirável Mundo Novo*.

O conceito de memória vem ao longo dos debates historiográficos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, sendo transformado, devido a proposição de novas categorias, pontos de vista e análises. Na sua designação mais habitual, o conceito se refere ao fato de lembrarmos ocorridos do passado que em sua maioria, como evidência Barros (2011), corresponde a um processo de pouca precisão, já que envolve esquecimentos e distorções. Outro é a observação que a Memória seria um depósito de ideias sem sua devida problematização e uma atualização dos vestígios. Este parecer já não é mais viável, pois se percebe uma não passividade dentro de seu espírito, na qual, perpassa por diversas outras ciências e métodos com um determinado comportamento narrativo. Acabando dessa maneira, por construir referenciais sobre o passado e sobre o presente de diversos grupos, alinhado às tradições e o contexto que essa está envolvida.

Portanto, o que se vê é uma luta de forças pela memória. Aqueles indivíduos, grupos, senhores da memória que detém a dominação desse fenômeno, acabam por coordenar as estruturas de uma sociedade. Sendo assim, esquecimentos, silenciamentos ou até mesmo ênfases em determinados aspectos, se transformam em mecanismos de manipulação.

Também, a memória é um elemento essencial da chamada identidade. Pollak (1989), elenca alguns princípios constitutivos da identidade de um determinado elemento. Primeiro, ele nos diz sobre os acontecimentos vividos e “vividos por tabela”, dos quais a pessoa nem sempre vivenciou, porém esse elemento é tão forte que se enraíza no imaginário individual ou coletivo, obtendo, dessa forma, um grau de identificação. Segundo, as personagens/pessoas que podem se encaixar no esquema de vivido ou “vivido por tabela” que se transformam em um símbolo da identidade mesmo não pertencendo necessariamente ao espaço-tempo do indivíduo. Terceiro, os chamados “lugares da memória”, os quais consistem em “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (Nora, 1993, p. 13).

Esses são alguns dos elementos que constituem uma identidade e que, conforme Pollak (1989, p. 9), “recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência”. Negar esses fundamentos acabaria por uma análise imprecisa dos fatos.

A memória, como nos mostra Le Goff (2003, p. 470), é também um objeto de poder:

A memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Com essa disputa terminada e seu vencedor declarado, ele pode mudar a memória para seu próprio bem comum. Aqui, quem controla o passado, controla o futuro, quem controla o futuro, controla o presente e quem controla o presente, controla o passado. E as maneiras de se ter esse controle são inúmeras, para exemplificarmos essa questão temos o panorama da mídia e propaganda; ela detém papel importante no apagamento da memória ou na manutenção dela, assim como na criação de novas:

Dizia Hitler, a propaganda deve visar principalmente às emoções. As massas não são movidas por ideias científicas ou por conhecimento objetivos e abstratos, mas por sentimentos primitivos, terror, força e disciplina. A propaganda deve reduzir tudo a slogans simples, incessantemente repetidos, e concentrar-se sobre um único inimigo (Perry, 2015, p. 578).

Dessa maneira, a propaganda nazista conseguiu condicionar a mente do povo alemão a reverenciar o *Führer* e obedecer ao regime da época. Seu objetivo era privar os indivíduos da capacidade de pensar por si próprios. A literatura pode nos exemplificar com maestria esse contexto. Suas relações “encontram-se sempre: na poesia épica, no romance, no conto, na crônica, na carta, na (auto) biografia, marcando especificidades nos gêneros (como o romance de memória) e estilos” (Braga, 2000, p. 84).

Isso fica mais evidente nos chamados regimes distópicos, no qual dentro delas o saber que é contrário ao seu governo é abolido. A História passa, por intervenção do regime, a coagir e apagar os vestígios materiais que possam negar o discurso que está sendo dito.

O controle do passado, ou melhor, a instituição de uma verdade sobre ele, ajuda os governos distópicos a reforçarem a crença de que o mundo sempre foi de certa maneira e que sempre será. Serve de aviso para o sujeito que escapa de que sua fuga, suas inquietações e sua revolta são em vão (Figueiredo, 2015, p. 85).

A memória tem papel crucial para seus indivíduos, já que ela acaba por dar vida aos personagens, trazendo informações novas e estimulando seu potencial crítico. Confrontando o sistema que os oprime de forma direta. A modificação da memória e da história se dá por transformações na natureza de fontes e registros, ocasionando em um ambiente vago e incerto para o indivíduo, assim, se um fato histórico realmente existiu, ele só pode ser comprovado por meio de registros, pela memória e pela História, se estes são apagados ou modificados tal acontecimento jamais existiu.

Portanto, a importância de profissionais da memória, como historiadores, antropólogos, jornalistas, sociólogos, é de extrema importância para a democratização da memória social. Extinguir ou subordinar seus trabalhos é determinar o fim da memória para diversos grupos. “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 2003, p. 471). Noutras palavras, não podemos deixar que uma memória coletiva apague as demais.

As concepções de história e memória em *Admirável Mundo Novo*

A obra reflete aspectos de seu espaço-tempo. Realizando um panorama geral da narrativa, observa-se que se trata de um enredo primitivo, ou seja, dividido em três núcleos narrativos, composto por três nós. O primeiro núcleo é a apresentação do mundo utópico, no qual a felicidade impera soberana. Sujeitos que habitam essa sociedade são condicionados desde a fase embrionária até o final de suas vidas. Diversos métodos de condicionamento são apresentados no decorrer do enredo, mas todos têm como finalidade “fazer as pessoas amarem o destino social de que não podem escapar” (Huxley, 2014, p. 36). Sendo assim, nesse mundo a felicidade é mantida mediante uma série de condicionamentos que fazem os sujeitos amarem a servidão. De modo que o Estado exerce seu totalitarismo, não por meio da violência, mas modificando biologicamente as pessoas evitando uma possível contestação.

O nó que faz o núcleo narrativo mudar é a decisão da personagem Bernard Marx de tirar férias na chamada “reserva de selvagens”. Nessa reserva encontra-se tradições, instituições e memórias de um passado que desapareceu na sociedade utópica, tais como: religião e família. Neste núcleo, o segundo mundo é apresentado e junto com ele a personagem John e Linda. A mulher, Linda, é alguém da sociedade utópica que foi passar férias na reserva e acabou se perdendo. Então passou a viver junto aos selvagens e

teve um filho. John, é filho de Linda com o Diretor de Incubação e Condicionamento (D.I.C.) Thomas. A personagem John configura-se como a síntese dos dois mundos.

A mudança é gerada quando Bernard leva John para a sociedade utópica. Nesse terceiro núcleo narrativo, ocorre o choque das duas sociedades e esclarece o tema do livro, que é sobre o individualismo moderno e o rumo da sociedade. Diversas questões são apresentadas mediante a personagem Mustafá Mond, à Vossa Fordeza.

Por meio do processo de análise do discurso literário, notamos que a organização do enredo é simples. As informações emitidas não são pelo narrador e sim pelas personagens. O narrador assume um papel de delimitador das cenas e tempo, pouco atua sobre as informações fundamentais ou ações das personagens. O ponto chave está nos diálogos entre as personagens, os quais apresentam temas como: individualismo, religião, questões psicológicas, liberdade, política, totalitarismo, capitalismo, racismo, machismo, sexualidade e história-memória. Este último é a parte que nos interessa.

Em várias partes da história é mencionado que os livros foram abolidos na sociedade utópica. Nela resistem apenas os livros técnicos (Huxley, 2014, p. 198), os quais servem para consulta. Há exceção de livros proibidos que resistem a sociedade, porém seus detentores são o alto comando do Estado. A personagem Mustafá Mond, representando o Estado, detém uma biblioteca própria em seu gabinete. Esta coleção é mencionada no começo da história, na passagem “O D. I. C. olhou-o nervo. Corriam rumores estranhos acerca de velhos livros proibidos, ocultos num cofre do gabinete do Administrador. Bíblias, poesia – só mesmo Ford sabia o que” (Huxley, 2014, p. 56). Nota-se, assim, que o alto comando desse Estado não era ignorante, ao contrário, tinha consciência de que os livros poderiam quebrar com a estabilidade da sociedade, pois eles implicam em reflexão, crítica e contestação.

Segundo Barros (2011, p. 320-325), a história articula memórias particulares e estabelece um panorama com rigor científico, enquanto que a memória coletiva é produzida dentro de um grupo com uma determinada visão. De acordo com Seixas (2001, p. 37-58), ao definir a memória coletiva, afirma que essa é natural, espontânea e cria um elo entre o passado e o presente. Todavia, Huxley, ao apresentar um Estado Totalitário – no sentido de controlar o passado, os nascimentos e determinar a posição social dos sujeitos - que controla o monopólio de livros, demonstra uma única memória coletiva, totalmente condicionada. Podemos dizer que se trata de uma gestão da memória, uma vez que o Estado seleciona a memória que deve ser preservada e a qual deve ser apagada, fazendo isso, não somente, mas através dos livros. Desse modo, a história e a memória não passariam de um discurso oficial. A questão da memória coletiva será retomada adiante e problematizada.

Desponta a análise feita por Le Goff (2003, p. 419) de que “a apreensão da memória depende, deste modo, do ambiente social e política”. Os ditames do presente determinam o passado que será escondido, o qual será resgatado ou distorcido. A abolição dos livros, além de gerir a memória e a história naquela

sociedade, revela um solapado da compreensão clássica de memória e história, na qual “a História como memória deveria salvar os feitos humanos do esquecimento, assegurar-lhes evocação pela posteridade, fazendo assim sua própria glória brilhar através dos séculos” (Brepohl, 2006, p. 55). Mas, não somente passar para a posteridade, a concepção de história clássica, via na memória a ponta de lança para a efetivação da imortalidade do sujeito, mediante a narrativa (Arendt, 2016, p. 77). Isso implica em indicar que em um regime totalitário, através da proibição dos livros, são destruídas diversas histórias e memórias dos feitos humanos, destruindo assim, o próprio indivíduo e toda a tradição clássica de história e memória, segundo o viés da cultura ocidental.

Outro ponto interessante é notar como a história-memória, materializada nos livros, é um elemento ameaçador para o Estado Totalitário, que gesta a memória da sociedade ao seu bel prazer. A memória pode ser vista como a esperança contra os regimes totalitários, uma vez que o passado é uma ameaça para esses governos ao revelar o contraste e a incongruência na sociedade.

Uma vez que as memórias subterrâneas [negadas] conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades (Pollak, 1989, p. 5).

Michael Pollak estava pensando em um contexto de tensão da Guerra Fria, no qual o nacionalismo e, conseqüentemente, suas memórias estavam voltando a vida, por meio de diversos movimentos populares. Todavia, Pollak aponta como a volta da história-memória, outrora negada por meio da proibição dos livros, é perigosa para o Estado Totalitário.

Questões interessantes aparecem quando analisamos o lema do Estado Mundial: Comunidade, Identidade e Estabilidade (Huxley, 2014, p. 21). Evidencia que na sociedade de *Admirável mundo novo* se preza por esses três pilares, logo, tudo que diverge ou ameaça, deve ser excluído. Portanto, a História, enquanto provocativa, interrogativa e reflexiva, característica depois da *Escola dos Annales*, é abolida.

Os sujeitos fazem essa abolição, como aponta Marvin Perry (2015, p. 566), por desejaram uma estabilidade econômica e emocional, sacrificando assim sua liberdade política e pessoal. Destarte, o passado é deturpado em nome da estabilidade, como Hobsbawm (1995, p. 98) indica sobre os regimes totalitários de que “o passado ao qual eles apelavam era uma invenção. Suas tradições, fabricadas”. Não é diferente do que acontece na sociedade utópica de *Admirável mundo novo*.

Seguindo o lema, a Identidade da sociedade é uma prioridade. As divergências, como Família, Igreja e Literatura no geral, são extinguidas. “Sua Fordeza”, a personagem Mustafá Mond, é quem cede a maior parte das informações históricas e das instituições que foram extintas. Em suas frases: “Havia uma coisa chamada Cristianismo”; “E um homem chamado Shakespeare (Huxley, 2014, p. 68-76). Naturalmente nunca ouviram falar nele”; “Havia uma coisa chamada alma e uma coisa chamada imortalidade”. Assim como na conversa de Mustafá Mond com alguns alunos, são apresentados vários nomes e lugares que foram apagados da sociedade, tais como: Atenas, Roma, Jerusalém, China Clássica, Ulisses, Jó, Júpiter, Gotama

e Jesus. Referência ao apagamento da história clássica. Além desses pontos, o núcleo familiar também não escapou. “– Procurem imaginar o que significava ‘viver no seio da família’. Eles tentaram imaginar, mas, evidentemente, sem nenhum êxito. – E sabem o que era um ‘lar’? Manearam a cabeça” (Huxley, 2014, p. 56).

Nessa sociedade, a história-memória são extintas, uma vez que a história passou a ser a repetição do presente, não passou a ser problematizada, e a memória se tornou a mesma para todos os indivíduos. Nora (1993, p. 15-16) afirma que “nos tempos clássicos, os três grandes produtores de arquivos reduziam-se às grandes famílias, à Igreja e ao Estado”. A padronização da memória leva a impossibilidade de haver divergência, uma vez que nessa sociedade extinguiu os redutos básicos de memória. O Estado implementou uma história e uma memória única.

Figueiredo (2015, p. 84), comentando *Admirável mundo novo*, apontou que “todo saber não-oficial é sistematicamente abolido. A história é modificada até que não existam vestígios materiais capazes de provar ou negar o que está sendo dito e para que o passado possa, no futuro, continuar a ser alterado”. De modo que sem memórias divergentes e passados que contrapõem o presente, estabilizaria a Identidade. Asseguraria o segundo pilar do Estado Mundial e a Estabilidade.

O primeiro pilar do Estado Mundial, Comunidade, é um caso interessante. Pierre Nora (1993, p. 13) ressalta que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizações, celebrações”. O Estado utópico sabe da importância de manter os lugares de memória, a exemplo temos “comemorações do Dia de Ford, os Cantos Comunitários, os Oficinas de Solidariedade” (Huxley, 2014, p. 75). Às cerimônias de Solidariedade (Huxley, 2014, p. 103), a estátua de aço cromado de Nosso Ford (Huxley, 2014, p. 195), a qual representa um patrimônio.

Outro ponto é na conversa entre o Selvagem (John) com Helmholtz e Bernard. A conversa gira em torno de poemas e cantos, John apresenta alguns poemas de Shakespeare e Helmholtz vê aquilo como original, porém Bernard diz que não passa de uma cópia dos cânticos da cerimônia de Solidariedade (Huxley, 2014, p. 220). Presumimos que houve uma apropriação cultural, o passado ainda resiste nesses cânticos de solidariedade, mas são impossíveis de serem resgatados sem mais informações do passado. De modo que ocorre uma reatualização manipulada. A história-memória ao ser apagada, deixa traços na sociedade, pois mesmo sendo uma sociedade utópica, ela precisa criar seus lugares de memória para se preservar e manter sua Comunidade e Estabilidade.

Podemos dizer que “a memória, portanto, constrói o real, muito mais do que o resgata” (Seixas, 2001, p. 51). Sendo assim, a memória forjada atua como qualquer outra no sentido de tecer fios sobre os sujeitos, induzindo a compreensão desejada do passado. “Nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória” (Seixas, 2001, p. 51).

O Lema do Estado Mundial: Comunidade, Identidade, Estabilidade, aborda uma compreensão de memória e história centradas no Estado. História-memória é abolida, os diferentes redutos de memória são extintos e as possíveis contestações que venham a ser feitas sobre a história são rechaçadas. O Estado não nega os lugares de memória ou a história, ao contrário, utiliza esses a seu favor para se consolidar. História e Memória são únicas e proveniente do discurso oficial em *Admirável mundo novo*. A gestão da memória, articulada nos pilares de Comunidade e Identidade, acabam convergindo para o terceiro pilar do Lema do Estado Mundial, a Estabilidade. Memória se torna coletiva no âmbito geral da sociedade, independentemente de seu estrato social.

Considerações finais

Sendo assim, ao trabalhar a questão da história e memória por meio da obra *Admirável mundo novo*, podemos constatar que a história e memória nos Estados Totalitários assumem um papel de legitimação do Estado, de união da população e não seguem um rigor histórico. A memória deixa de estar espalhada em diversos nichos sociais e passa a se tornar memória única. Temos a criação de uma memória coletiva única no âmbito geral da sociedade.

A gestão da memória está associada na obra *Admirável mundo novo* no que tange elementos formativos do sujeito. Porém, não ficam restritos a esses. Os elementos que vão para além do visível, aqueles que são apagados e proibidos, como é o caso dos livros e autores, se tornam um elemento de ameaça para o Estado Totalitário.

A obra representa uma utopia, entretanto reflete a angústia da civilização europeia do período entre guerras (1918-1939). Enfatiza a literatura como fonte histórica, mas também como um reduto de memória. Acima de tudo, faz uma reflexão nas suas entrelinhas a respeito de um tema, história-memória, que não estava claro na sua época. Dando um mote relevante no campo teórico, pois, expressa discussões, angústias e temas que foram traduzidos pela literatura de ficção científica. *Admirável mundo novo* ressalta que não se pode haver história-memória em uma sociedade em que o regime político e social é totalitário, justamente pelo fato que a pedra basilar do conceito (história e memória) se perde.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Prismas**: la crítica de la cultura y la sociedad. Tradução Manuel Sacristán. Barcelona: Ediciones Ariel, 1962.

ARENDDT, Hannah. O conceito de História – Antigo e Moderno. São Paulo: Perspectiva, 2016. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016, p. 69-126.

BARROS, José D`Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, v. 15, n. 1, p. 317-343, jun. 2011

BRAGA, E.S. O trabalho com a literatura: memória e histórias. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 20, n. 50, p. 84-102, abr. 2000.

BREPOHL, Marion. Memória e História: Hannah Arendt em diálogo com Walter Benjamin. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, n. 2, p. 49-60. 2006. p. 55.

DANTAS, L. R. S.; AZEVEDO, L. P. de M. C.; MEDEIROS NETA, O. M. de. Centros de memória e a pesquisa em história da educação: acervos e possibilidades. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e26642, 2021.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. Memória e poder nos regimes distópicos. **Revista Papéis**, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, v. 19, n. 38, p. 83-98, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. Tradução Sieni Campos e Yolanda de Toledo. 20. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Tradução Vidal de Oliveira. 22. ed. São Paulo: Globo, 2014.

ITURBE, Antonio G. **A bibliotecária de Auschwitz**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al]. 5 ed. São Paulo: UNICAMP, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso Literário**. Tradução Adail Sobral. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PERRY, Marvin. A Era do Fascismo: ataque à razão e à liberdade. In: PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. Tradução Waltensir Dutra, Silvana Vieira. 4 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SAER, Juan José. O conceito de ficção. **Sopro**, Desterro, ago. 2009. Disponível em:
<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n15.pdf>. Acesso em: 19/09/2019.

SANTOS, J. de O.; SANTOS, A. P. R. da S. Entre memória e história de estudantes egressos do ginásio de aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968). **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e26646, 2021.

SEGURO, Gabriele.; VALENTE, Jaciel Rossa. Diálogo interautorial entre Divina Comédia e o filme Soul: reflexões e propostas didáticas. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e26398, 2021.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2001. p. 37-58.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.